

A oportunidade da agroenergia e uma opção transitória para o Brasil

Frederico Ozanan Machado Durães¹

O mundo tem fome de energia e o Brasil tem espaço e competência para apresentar resultados com a agroenergia. Precisamos ampliar investimentos e adequar organização.

Modismo para alguns, incerteza para outros, e desafio para outros tantos são as impressões que se podem colher em meios bem variados. Entretanto, é oportuno registrar que um tema é incluído na pauta de políticas públicas por três critérios básicos, a saber: 1) crise; 2) greve; 3) oportunidade. Todos legítimos, interligados e essenciais para uma opção consolidada. Fatos e atos são fundamentais para integração, resultados e impactos de ações relativas ao tema. E fatos e opiniões são importantes, mas podem diferir essencialmente em realidades e suposições.

A matriz energética mundial e brasileira está fundamentada em matéria fóssil e apresenta sinais de alerta à população geral diante dos aspectos de recursos finitos, efeito estufa e mudanças climáticas, geopolítica de concentração–distribuição–domínio e flutuação de preços, etc. Uma máxima anônima nos ensina que a “idade da pedra passou, não por falta de pedras ...”, e novas opções de energia renovável estarão sendo crescentemente desenvolvidas e utilizadas em todo o mundo. Daí, não falamos em crise de energia.

Também é fato que a população mundial cresce em informação e consciência sobre as

questões globais, incluindo necessidades de alimentação, de balanço de energia, de uso e consumo de água limpa, e de sustentabilidade de sistemas de produção com aderência e ajustamento ambiental, dentre outros apelos universais, como segurança, educação, saúde, paz e prosperidade. E o homem está no meio do ambiente. Agroenergia pode ser encarada como oportunidade e risco. Daí, embora como instrumento legítimo de pressão, não falamos em greve por conta de agroenergia.

Raciocinemos todos sob a égide da oportunidade para as questões da agroenergia no mundo e no Brasil. Conhecendo-se as evoluções históricas de dados sobre as reservas potenciais e de utilização das várias fontes de energia, e fazendo-se uma análise no tempo presente e futuro dos povos, podemos depreender que fontes fósseis (petróleo, gás natural, carvão mineral) ou renováveis, como a energia de biomassa, são, em última análise, resultado da conversão da energia solar radiante, em diferentes eras, em formas de energia utilitária. A tendência é de uma utilização cada vez mais direta de energia solar, de hidrogênio e nuclear. Isso define um importante papel de transição para a energia de biomassa, em suporte às mudanças da atual matriz energética, e em preparo de condições absolutamente estratégicas para as novas utilizações energéticas, doravante.

¹ Frederico Ozanan Machado Durães, Ph.D., é chefe-geral da Embrapa Agroenergia.

A agroenergia, que sustenta o desenvolvimento científico, tecnológico e de utilidade da energia de biomassa, é a “bola da vez” sem modismos. Apresenta incertezas porque diz respeito a crescimento de oferta e demanda energética renovável futura, mas a informação e o conhecimento são crescentes. É um grande desafio porque as questões da agroenergia se apresentam como uma oportunidade para o novo – novos conceitos, novos arranjos produtivos, nova geopolítica, etc. Uma mentalidade diferenciada está sendo formada. Arranjos produtivos sustentáveis e eficiência produtiva agrícola e industrial em conversão energética estão sendo crescentemente requeridos. Novos pólos e *clusters* de desenvolvimento estão sendo formados. A estratégia em agroenergia é que ela deve ser construída e ampliada de forma competitiva com cooperação. Mais competência e menos competição serão as tônicas reais para as parcerias estratégicas internas e internacionais. E um forte componente de inovação será o elo que unirá os agentes e os grupos de interesse em agroenergia.

O Brasil, por ser um país continental, com predominância de climas tropical e subtropical, apresenta amplas condições de liderança competitiva em agroenergia. Alta radiação solar incidente, áreas de terra disponível para o negócio de agroenergia, água com distribuição bastante considerável, *clusters* regionalizados ou eixos de desenvolvimento em franca organização, redes de pesquisa e de inovação com experiência comprovada nas atividades do agronegócio tropical, histórico exitoso de relevantes iniciativas em agroenergia em diferentes plataformas (sucroalcooleiro – cana, biodiesel – oleríferas, florestas energéticas e resíduos) e uma Agenda Brasil de políticas públicas e privadas constam entre as razões objetivas para justificar a competitividade brasileira em relação a uma matriz energética mundial em transição.

Os marcos regulatórios brasileiros para a matriz energética renovável, especialmente de biomassa, acumulam melhorias estratégicas e operacionais, especialmente nesses últimos 35 anos, e abrigam quatro grandes plataformas: etanol, biodiesel, florestas energéticas e resíduos,

descritas no Plano Nacional de Agroenergia 2006–2011.

O Proálcool brasileiro é um dos melhores exemplos mundiais de produção e crescimento energético de biomassa. Nesse particular, creditam-se os esforços públicos e privados para esse êxito, e é destaque que a iniciativa privada deu um exemplo magnífico de investimento e de organização produtiva agroindustrial, de logística, e de visão de mercado. Por certo, esses esforços serão ampliados consideravelmente, por necessidade de ajustamento de demandas e ofertas, nos médio e longo prazos. O Brasil não produzirá álcool apenas, mas deverá ter parceiros estratégicos para ampliar as ofertas de conhecimento e de tecnologia embarcada com maior e eficiente logística. A plataforma de biodiesel no Brasil é potente e inclusiva por três razões básicas:

- a) É legal (Lei nº 10.974/04).
- b) Tem potencial diversidade de matérias-primas.
- c) Tem efeito distributivo regionalizado, em função de diferenciada adaptabilidade e/ou disponibilidade das matérias-primas (vegetal ou animal), arranjos produtivos regionalizados e necessidades internas de energia renovável.

Florestas energéticas objetivam desenvolver, otimizar e viabilizar alternativas ao uso de fontes energéticas tradicionais não renováveis, via biomassa florestal sustentável, e integrando o potencial de reflorestamento e de manejo sustentável de florestas nativas. Resíduos orgânicos urbanos e rurais se associam a amplas possibilidades energéticas, a exemplo de produção de biogás e outras fontes geradoras de eletricidade ou combustíveis, bem como a produção de novos produtos e co-produtos.

Nesse esforço nacional de mudança da matriz energética, as iniciativas públicas e privadas estão sendo ampliadas e requerem ajustamentos articulados. Urge, dessa forma, a agregação de esforços visando ao aumento de eficiência, para encurtar caminhos, reduzir despesas e poupar energia. A Embrapa Agroenergia, de recente criação, está sendo implantada focando a organi-

zação estratégica e operacional das ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Esse chamamento nacional para o cumprimento de uma agenda de inovação impõe à Embrapa um foco concentrado em prioridades regionais de pesquisa dentro das quatro grandes plataformas de PD&I (etanol, biodiesel, florestas energéticas e resíduos). Parceiros tradicionais e futuros, públicos e privados, participantes da exitosa campanha nacional para o desenvolvimento do agronegócio de alimentos, incluindo as Unidades de Pesquisa centrais e descentralizadas da Embrapa, estão agora também concentrando esforços na agricultura de energia. Doravante, essas parcerias estarão sendo reformatadas para cumprir com igual êxito as associações de temas relevantes, como agricultura de alimentos e agricultura de energia, agricultura e balanço energético, agricultura e água, agricultura e ambiente.

Novas oportunidades estão se abrindo para o negócio agrícola e industrial nacional. O Brasil deverá, por certo, contribuir decididamente para alterações substantivas na matriz energética mundial e nacional, em franca mudança. O desafio é enorme, o potencial é grande, e o diferencial está centrado na necessidade, como elemento balizador para definir estratégias de investimento e de organização.

O Brasil tem uma agenda para a agroenergia nacional, e dá-se ênfase ao esforço e oportunidade das diretrizes do Plano Nacional de Agroenergia 2006–2011. O momento inspira a elaboração de um amplo programa integrado cooperativo para o desenvolvimento da agroenergia no Brasil, e estaremos todos focando prioridades, metas, recursos, responsabilidades, resultados e impactos, buscando agentes e interlocutores qualificados de longo prazo. O Brasil necessita e pede passagem.